

**ESPELHO DE CORREÇÃO: QUESTÃO DISCURSIVA – PROCURADOR JURÍDICO**

Conforme o Edital 001/2024 do CONSAÚDE – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira e Litoral Sul, para a correção da questão discursiva serão considerados os seguintes itens:

**9 – DA PROVA DISSERTATIVA**

9.1 Além da prova objetiva o candidato inscrito para o cargo de Procurador Jurídico realizará juntamente com a prova objetiva uma prova discursiva com 1 (uma) questão.

9.2 A Prova Discursiva será corrigida apenas para os candidatos habilitados na prova objetiva, conforme subitem 8.19.

9.2.1 Serão corrigidas as provas até a 10ª (decima) posição mais empates da lista de ampla concorrência e mais o primeiro aprovado para PcD;

9.2.2 O candidato que não atingir a colocação determinada acima não terá a prova discursiva corrigida, e será excluído do Concurso Público.

9.3 A avaliação irá considerar a adequada abordagem do tema requisitado, grau de conhecimento, fluência, coerência da exposição, correção gramatical e precisão da linguagem técnica.

9.4 Será atribuída a nota de 0 (zero) a 1 (um) ponto, o candidato deverá obter nota igual ou superior a 0,5 (cinco) pontos no total para ser habilitado na prova discursiva, que será avaliada conforme segue:

a) *Adequada abordagem do tema requisitado: 0 a 0,2 pontos;*

b) *Grau de conhecimento: 0 a 0,3 pontos;*

c) *Fluência e coerência: 0 a 0,3 pontos;*

d) *Correção gramatical: 0 a 0,2 pontos.*

9.5 Será atribuída nota 0 (zero) à prova discursiva quando:

a) *Fugir a proposta apresentada;*

b) *Apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas em forma de verso ou de outras formas);*

c) *For assinada fora do local apropriado;*

d) *Apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;*

e) *For escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade no campo definitivo;*

f) *Estiver em branco;*

g) *Apresentar letra ilegível.*

9.6 A resposta deverá conter no mínimo 05 (cinco) linhas e no máximo 10 (dez) linhas.

9.7 A prova terá caráter classificatório e eliminatório, cujo assunto a ser abordado consta no ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.

9.8 O candidato que não obtiverem a nota mínima na prova discursiva será automaticamente excluído do Concurso Público.

9.9 O espelho da correção da prova discursiva será publicado juntamente com o gabarito da prova objetiva.

9.10 Em hipótese alguma haverá revisão da prova discursiva.

9.11 Caberá recurso conforme disposto no item 13.

**QUESTÃO DISCURSIVA:**

Durante a aula de direito administrativo no 5º semestre do curso de direito da Universidade XYZ, a professora Marcela lecionou aos estudantes sobre as autarquias durante diversas aulas. Para identificar se os estudantes haviam fixado o conteúdo passado, a professora requereu que elaborassem um texto com as principais características das autarquias e a posição delas perante a Administração Pública e perante os particulares.

Assim como os alunos do 5º semestre do curso de direito da Universidade XYZ, discorra sobre as principais características das autarquias e a posição delas perante a Administração Pública e perante os particulares.

**RESPOSTA ESPERADA:**

Pode-se conceituar a autarquia como pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com autonomia administrativa para desempenhar serviço público descentralizado, sempre sob controle administrativo dentro dos limites legais. Diante da Administração centralizada, a autarquia possui direitos e obrigações definidos pela lei, o que significa que, além do direito ao desempenho de suas funções, deve exercê-las conforme as normas legais. Sua capacidade de autoadministração é condicionada à lei, assim como os atos de controle não podem ultrapassar os limites normativos. Para os particulares, a autarquia representa a própria Administração Pública, com todas as prerrogativas e restrições do regime jurídico-administrativo.

**Fundamento teórico:**

“Pode-se conceituar a autarquia como **pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado mediante controle administrativo exercido nos limites da lei** (...) Perante a Administração centralizada, a autarquia dispõe de **direitos e obrigações** (...) vale dizer que ela tem direito ao desempenho do serviço nos termos da lei e tem a obrigação de desempenhar as suas funções (...) a capacidade de autoadministração é exercida nos limites da lei; da mesma forma, os atos de controle não podem ultrapassar os limites legais. Perante os particulares, a autarquia aparece como se fosse a própria Administração Pública, ou seja, com todas as prerrogativas e restrições que informam o regime jurídico-administrativo”.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023, p. 1266

A resposta acima consiste apenas em uma referência de uma das maiores autoras do direito administrativo, sendo certo que não há vinculação de bibliografia para a questão estar correta. Caso os conceitos estejam corretos será considerada como tal.

Pariquera-Açu, 18 de novembro de 2024.